



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 6441/2021

1- DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de Medicamentos, para atender as necessidades da Farmácia Complementar conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nas Requisições acostadas às fls. 78/79, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitante: Farmácia Complementar;

1.3. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico via registro de preços, com base na Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020.

1.4. Período: 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços;

1.5. Tipo: Menor preço unitário nos termos da Lei 8666/93.

1- DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	CAT-MAT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	U/C	QTDE
COTA EXCLUSIVA					

**NOVA FRIBURGO****P R E F E I T U R A****Secretaria de Saúde**

PROCESSO Nº: 06.441/2021

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

1	269460	ACIDO ZOLEDRONICO		FRASCO	6
2	429846	APIXABANA 5MG		COMP	9.520
3	364780	ARIPIRAZOL 10 MG		COMP	3.560
4	284101	ARIPIRAZOL 15 MG		COMP	3.960
5	395807	BRINZOLAMIDA 10MG + TIMOLOL 6,8MG/ML		FRASCO	48
6	466366	BROMETO DE TIOTRÓPIO 2,5 MCG		FRASCO	39
7	273818	CITONEURIN 5000		COMP	7.560
8	370117	DABIGATRANA 110 MG		COMP	1.560
9	402259	DABIGATRANA 150 MG		COMP	1.560
10	421223	DENOSUMABE 60 MG/ML		SERINGA	44
11	352912	DIVALPROATO DE SODIO 500		COMP	1.230
12	273818	DIOSMINA + HESPERIDINA 500MG		COMP	2.460
13	302443	DULOXETINA 60 MG		COMP	3.570
14	268454	ENOXAPARINA 60 MG		SERINGA	800
15	268455	ENOXAPARINA 80 MG		SERINGA	800
16	394237	GLICOSAMINA 1,5MG + CONDROITINA 1,2MG		SACHE	480
17	278316	HEMITARTARATO DE ZOLPIDEN 10MG		COMP	1.590
18	276234	INSULINA ASPARTE 100UI/ML REFIL 3ML (NOVO RAPID)		REFIL	1.000
19	433218	INSULINA DEGLUDECA 100UI/ML COM APLICADOR (TRESIBA)		CANETA	150
20	399010	INSULINA GLARGINA 100UI/ML COM APLICADOR (LANTUS)		CANETA	500
21	403358	INSULINA GLULISINA 100UI/ML (APIDRA)		FRASCO	200

**NOVA FRIBURGO****P R E F E I T U R A****Secretaria de Saúde**

PROCESSO Nº: 06.441/2021

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

22	403359	INSULINA GLULISINA 100UI/ML REFIL 3ML (API-DRA)		REFIL	100
23	405998	INSULINA LISPRO 100UI/ML (HUMALOG)		FRASCO	200
24	294417	LATANOPROSTA 50 MCG/ML		FRASCO	39
25	434110	ACETILCISTEINA 600MG		ENVELOPE	1.980
26	466366	TIOTROPIO + OLODATEROL 2,5MCG		FRASCO	66
27	291770	OXALATO DE ESCITALOPRAM 10MG		COMP	1.590
28	267892	PANTOPRAZOL 40MG		COMP	1.580
29	394103	RIVAROXABANA 10 MG		COMP	4.000
30	412092	RIVAROXABANA 15 MG		COMP	5.544
31	282882	ROSUVASTATINA 20 MG		COMP	1.980
32	382197	TRIMETAZIDINA MR 35 MG		COMP	2.900
33	445431	SACUBITRIL+VALSARTANA 24/26MG		COMP	7.140
34	445430	SACUBITRIL+VALSARTANA 49/51MG		COMP	3.108
35	445432	SACUBITRIL+VALSARTANA 97/103MG		COMP	7.128
36	272379	VENLAFAXINA 75MG		COMP	1.200
37	272380	VENLAFAXINA 150MG		COMP	1.200
38	431097	VITAMINA D 7.000UI		COMP	1.200
39	431098	VITAMINA D 50.000UI		COMP	600
40	398711	XINALFOATO DE SALMETEROL 25MG + FLUTICA-SONA 125MCG		COMP	79
COTA PRINCIPAL					
41	272645	ENOXAPARINA 40 MG		SERINGA	2.677



43	396051	INSULINA ASPARTE 100UI/ML COM APLICADOR (NOVO RAPID)		CANETA	1.125
45	337472	INSULINA DETEMIR 100UI/ML COM APLICADOR (LEVEMIR)		CANETA	750
47	337473	INSULINA DETEMIR 100UI/ML REFIL 3 ML (LEVEMIR)		REFIL	750
49	438153	INSULINA GLARGINA 100UI/ML REFIL 3ML (LANTUS)		REFIL	600
51	412091	RIVAROXABANA 20 MG		COMP	5.355
COTA RESERVADA					
42	272645	ENOXAPARINA 40 MG		SERINGA	893
44	396051	INSULINA ASPARTE 100UI/ML COM APLICADOR (NOVO RAPID)		CANETA	375
46	337472	INSULINA DETEMIR 100UI/ML COM APLICADOR (LEVEMIR)		CANETA	250
48	337473	INSULINA DETEMIR 100UI/ML REFIL 3 ML (LEVEMIR)		REFIL	250
50	438153	INSULINA GLARGINA 100UI/ML REFIL 3ML (LANTUS)		REFIL	200
52	412091	RIVAROXABANA 20 MG		COMP	1.785

2.2. O quantitativo acima foi calculado com base nas solicitações encaminhadas pelas Unidades requisitantes, conforme fls. 78/79.

3. DO QUANTITATIVO E DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das Unidades de Saúde que compõem sua estrutura com a devida previsão dos itens nelas utilizados.



3.2. O quantitativo solicitado pela Unidade Requisitante justifica-se pela necessidade da Farmácia Complementar para atender as demandas judiciais para aquisição de medicamento pelo período de 12 (doze) meses, conforme documentos acostados às fls. 78/79.

3.3. As especificações do objeto bem como seus respectivos quantitativos foram indicados pela Farmácia Complementar, a qual se responsabiliza por todas as informações lançadas nos documentos acostados às fls. 78/79.

4. DO LOCAL DE ENTREGA

4.1. A Contratada deverá atender a todas as ordens de fornecimento expedidas pela Unidade Requisitante, observando o consumo estimado para 12 (doze) meses.

* Posto de Saúde Tunney Kassuga: Rua Vicente Sobrinho, s/nº - Centro, Nova Friburgo/RJ;

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. A Unidade Requisitante entrará em contato diretamente com a Contratada para que esta realize a entrega dos produtos no prazo de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Nota de Empenho.

5.2. A entrega deverá ser realizada no horário e local descrito no subitem 4.1 do presente Termo de Referência.

5.3. A falta do material não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento do objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.



5.4. Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando à apresentação da qualidade e resultados requisitados.

5.5. A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

5.5.1. Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;

5.5.2. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

5.5.3. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

6.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Os bens serão recebidos:

7.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 dias úteis a contar do recebimento provisório.



7.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descrito:

8.1.1 Elemento de despesa – 33.90.91.02;

8.1.2. Fonte de recurso 07 – SUS

8.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

8.2.1. Farmácia Complementar – 30001.10.302.0067.2.329;

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79- AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

9 – DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

10 – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam válidas e regulares:

10.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

10.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

10.1.3. FGTS;



- 10.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 10.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 10.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

10. 2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

10.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

11.2. Não poderão participar, ainda, os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

11.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Caberá à Contratante:



12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

12.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

12.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

12.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

13.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica SIMPLIFICADA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 10.1.1 a 10.1.6.

13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);



13.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 (três) dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

13.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

13.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

13.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no cumprimento da obrigação;

13.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.9. Manter, durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

13.11. A CONTRATADA deverá apresentar os materiais com data de validade de no mínimo 2/3 da validade total do material, na data da entrega na Unidade Requisitante. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela CONTRATANTE, poderá excepcionalmente,



admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder à imediata substituição, à vista da inviabilidade dos produtos no período de validade.

14 - DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

15 - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições pactuadas, não haja prejuízo à execução do objeto e haja a anuência expressa da Administração.

16 - DO CONTROLE DA ENTREGA DO OBJETO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da presente contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso dos procedimentos, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93.

16.2. Para acompanhamento e fiscalização da entrega dos materiais, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
MARIANA CRISTINA MAFFORT	113.128	FISCAL TITULAR
NELSON CORREIA GUIMARÃES	062.389	FISCAL SUBSTITUTO
FERNANDA NEVES DA V. PACHECO	062.384	GESTORA TITULAR
CÉRES LOURENÇO TEIXEIRA	062.195	GESTORA SUBSTITUTA

16.3. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega do material, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



16.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega do material.

16.5. A verificação da adequada entrega deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

17.1.1. Comete infração administrativa:

17.1.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.1.1.2. Apresentar documentação falsa;

17.1.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.1.5. Não manter a proposta;

17.1.1.6. Cometer fraude fiscal;

17.1.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;



17.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá, garantida a ampla defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

17.3.1. Advertência;

17.3.2. Multa;

17.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

17.3.2.2. compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

17.3.2.3. moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão;

17.3.2.4. moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão;



17.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

17.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

17.4. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

17.5. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

17.6. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93;

18 - DA RESCISÃO

18.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte da CONTRATADA, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.



18.2. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Termo de referência elaborado por:

Gilmara Guimarães de Souza
Gestão de Processos e Contratos - SMS
Matrícula 062.506

Ratifico o presente Termo de Referência, nos termos da Lei 8.666/93:

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretário Municipal de Saúde
Matrícula 106.137

Nova Friburgo/RJ, 13 de maio de 2021.